



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 328/2023

Ata de Registro de Preços firmada entre o Município de Prudentópolis e Macrommerce Ltda Me conforme licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 076/2023.

O Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 77.003.424/0001-34, sediada à Rua Rui Barbosa, 801, nesta cidade, devidamente representada pelo seu Prefeito Municipal Osnei Stadler, brasileiro, casado, portador de RG nº 5.578.561-9/PR e inscrito no CPF sob nº 678.754.409-04, residente e domiciliado na Rua Capitão Francisco Durski Silva, nº 1049, nesta cidade, doravante neste contrato denominada simplesmente de CONTRATANTE; e de outro lado **MACROMMERCE LTDA ME**, CNPJ nº 47.977.771/0001-05, estabelecida na Rua Najla Carone Guedert, nº 820, Sala 03 Setor 03, Bairro Pagani, na cidade de Palhoça – SC, CEP 88.132-150, fone (48) 3380-1937, e-mail: licita2406@gmail.com, representada pelo Sr. Roberto Junior de Almeida, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.101.206-0 e inscrito no CPF nº 220.809.548-06, denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar a presente ata de registro de preços, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 440/2008, de 16 de julho de 2008, Decreto Municipal 314/2017, de 22 de maio de 2017, Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei 12846/2013, Código de Defesa do Consumidor e legislações pertinentes, assim como pelas condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 076/2023, pelos termos da proposta da contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e ferramentas, para atender a demanda das secretarias municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A Prefeitura Municipal de Prudentópolis pagará a Empresa Registrada o valor de R\$ 10.056,20 (dez mil e cinquenta e seis reais e vinte centavos), discriminado da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRUDENTÓPOLIS

www.prudentopolis.pr.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Qtd	Preço unitário	Preço total
218	Disjuntor 2 x 20	ELGIN	UN	20	17,00	340,00
376	Lâmpada tubular vapor metálico 400w bocal E40 4300K Lâmpada tubular vapor metálico 400w bocal E40 4300K	OUROLUX	UN	25	22,00	550,00
377	Lâmpada tubular vapor sódio 70 W 2000 K E-27, com certificação do INME Lâmpada tubular vapor sódio 70 W 2000 K E-27, com certificação do INMETRO	AVANT	UN	500	11,80	5.900,00
540	Reator sódio 400 w com base 220 v similar ou superior a marca Intrall Reator sódio 400 w com base 220 v similar ou superior a marca Intrall com identificação no casco conforme normas técnicas Coel	GOODLUX	UN	15	80,00	1.200,00
549	Refletor de led branco 50w bivolt de 85 a 254v com certificação no INM Refletor de led branco 50w bivolt de 85 a 254v com certificação no INMETRO	AVANT	UN	60	22,77	1.366,20
554	Rele foto elétrico bivolt 105/305v com certificação no INMETRO	GOODLUX	UN	50	14,00	700,00

Parágrafo único: O valor contratado será fixo, podendo haver reequilíbrio econômico devidamente motivado e comprovado, seguindo os critérios estabelecidos no Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇO

Rua Rui Barbosa, nº 801, Centro, Prudentópolis-PR, CEP 84.400-000, Fone 0800 808 0130

Site: www.prudentopolis.pr.gov.br E-mail: licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br



§1º Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

§2º A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

§3º Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada.

§4º Mesmo comprovada a hipótese prevista no item anterior, a Administração, quando conveniente, poderá optar por cancelar o registro de preços e iniciar outro processo licitatório.

§5º As alterações decorrentes serão publicadas na Imprensa Oficial.

§6º O preço registrado poderá ainda ser cancelado pela administração mediante solicitação formal de fornecedor que comprovar, na forma dos itens anteriores, que está impossibilitado de cumprir as exigências do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, ressalvadas as aquisições efetivas até a data da decisão, ou ainda as requisições efetuadas após o pedido.

CLÁUSULA QUARTA – ENTREGA, GARANTIA E VIGÊNCIA

§1º A Detentora da ARP deverá entregar o objeto, quando solicitado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da correspondente Nota de Requisição de Empenho;

§2º A entrega será efetuada na Central de Recebimento da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, situada na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães - Centro, no Município de Prudentópolis – PR, sem custos adicionais;

I) Eventualmente a entrega poderá ser solicitada em outro local, sendo comunicado o endereço com antecedência, ficando restrito ao perímetro urbano do Município.



§3º A Detentora da ARP deverá substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do momento da solicitação;

§4º É de responsabilidade da Detentora da ARP acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis.

§5º A vigência da(s) Ata(s) de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura.

§6º O prazo mínimo da garantia será o especificado em cada item. O objeto cujo prazo de garantia não esteja expresso na descrição do item deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento;

§7º Os produtos deverão ter garantia quanto a defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercialização, quando instituídas pela ABNT e/ou Agências e Órgãos Oficiais reguladores ou fiscalizadores.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º O pagamento da presente licitação será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

§2º O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto do contrato e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto do contrato.

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§3º A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado em contrato.



§4º Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal do contrato.

I) A fiscalização deverá basear-se nos produtos entregues e será feita pelo fiscal de contrato.

§5º O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§6º A (s) proponente (s) vencedora (s) deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (**Pregão Eletrônico 076/2023 e Ata de Registro de Preços nº 328/2023**).

§7º Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento dos produtos, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será Liquidada.

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS – PR

CEP 84.400.000

§8º Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes.

I – Os tributos a serem retidos pela contratante:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a IN RFB nº 971, de 2009.

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações.

1. Para benefício do Art. 13, Parágrafo Único, da referida Lei, a contratada deverá apresentar planilha à parte, com relação dos materiais in natura utilizados, devidamente atestada pelo Engenheiro responsável que emitiu a medição.

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como o RIR/18



(Decreto nº 9580/2018 da RFB).

II – A contratante deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei.

§9º Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr. **Sendo obrigação da contratada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.**

CLÁUSULA SEXTA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das dotações orçamentárias conforme abaixo:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
1270	05.001.12.361.2080.2020	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1280	05.001.12.361.2080.2020	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1420	05.001.12.366.2080.2021	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1430	05.001.12.366.2080.2021	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1560	05.002.12.361.2080.2024	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1570	05.002.12.361.2080.2024	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1580	05.002.12.361.2080.2024	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1810	05.002.12.361.2080.2025	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1820	05.002.12.361.2080.2025	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1830	05.002.12.361.2080.2025	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
1840	05.002.12.361.2080.2025	1041	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2150	05.003.12.361.2080.2029	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRUDENTÓPOLIS

www.prudentopolis.pr.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

2240	05.003.12.361.2080.2030	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2570	05.004.12.365.2080.2037	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2580	05.004.12.365.2080.2037	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2730	05.004.12.365.2080.2038	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2740	05.004.12.365.2080.2038	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2870	05.005.12.367.2080.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2920	05.006.12.364.2080.2041	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3080	06.001.22.661.2120.2044	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3220	07.001.27.812.2140.2046	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3350	08.001.10.301.2070.2047	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3480	08.002.10.301.2070.2049	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3485	08.002.10.301.2070.2049	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3520	08.002.10.301.2070.2050	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3525	08.002.10.301.2070.2050	4950	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3640	08.002.10.301.2070.2051	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3650	08.002.10.301.2070.2051	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3660	08.002.10.301.2070.2051	4950	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3870	08.003.10.302.2070.2052	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3950	08.003.10.302.2070.2053	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3960	08.003.10.302.2070.2053	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
3965	08.003.10.302.2070.2053	496	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4140	08.003.10.302.2070.2055	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4330	08.004.10.304.2070.2057	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4340	08.004.10.304.2070.2057	4971	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4480	08.004.10.305.2070.2058	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4550	08.005.10.301.2070.2059	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4555	08.005.10.301.2070.2059	498	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4610	08.006.10.301.2070.2060	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4770	09.001.08.244.2090.2065	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRUDENTÓPOLIS

www.prudentopolis.pr.gov.br

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

4850	09.001.08.244.2090.2066	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
4930	09.001.08.244.2090.2067	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5060	09.002.08.244.2090.2071	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5065	09.002.08.244.2090.2071	815	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5070	09.002.08.244.2090.2071	918	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5080	09.002.08.244.2090.2071	936	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5320	09.002.08.244.2090.2072	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5325	09.002.08.244.2090.2072	922	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5330	09.002.08.244.2090.2072	941	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5340	09.002.08.244.2090.2072	947	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5590	09.002.08.244.2090.2073	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5596	10.001.26.782.2100.2082	1045	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5600	09.002.08.244.2090.2073	817	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5610	09.002.08.244.2090.2073	934	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5740	09.003.08.243.2090.6076	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5780	09.004.08.241.2090.2077	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5785	09.004.08.241.2090.2077	925	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5786	09.004.08.241.2090.2077	9001	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5950	10.001.26.782.2100.2082	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5960	10.001.26.782.2100.2082	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5970	10.001.26.782.2100.2082	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5980	10.001.26.782.2100.2082	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
5990	10.001.26.782.2100.2082	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6150	10.002.06.182.2100.2083	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6310	10.002.15.452.2100.2084	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6320	10.002.15.452.2100.2084	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6330	10.002.15.452.2100.2084	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6440	11.001.20.573.2160.2085	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6580	11.001.20.606.2160.2087	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



6670	11.001.20.606.2160.2088	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6850	12.001.18.541.2170.2091	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6860	12.001.18.541.2170.2091	555	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
6960	12.002.18.541.2170.2092	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
7080	13.001.23.695.2130.2094	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
7140	13.002.23.695.2130.2095	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
7410	14.003.15.451.2100.2103	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
7550	14.005.15.452.2100.2106	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
7660	15.001.13.392.2150.2108	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
7740	15.002.13.392.2150.2109	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionado.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º Constituem obrigações da contratante

- a) Exigir da Contratada o fiel cumprimento do Edital e Contrato;
- b) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Contratada para que esta possa fornecer os produtos dentro do prazo e normas estabelecidos no instrumento de Contrato;
- c) Atestar o recebimento do objeto contratado, notificando a empresa contratada caso seja verificado algum problema;
- d) Solicitar a substituição do objeto contratado que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito;
- e) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido no instrumento contratual.

§2º Constituem obrigações da contratada:

São obrigações da empresa registrada, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital:

- a) Empregar, no fornecimento do objeto, pessoal devidamente qualificado;



- b)** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo indicado pela Prefeitura de Prudentópolis, em estrita observância das especificações da Ata de Registro de Preços e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente as indicações do produto, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia;
- c)** Manter, durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- d)** Arcar com todos os encargos decorrentes da ARP, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;
- e)** Assegurar à Prefeitura de Prudentópolis o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Prefeitura de Prudentópolis eximirá a Detentora da ARP de suas responsabilidades provenientes da Ata de Registro de Preços;
- f)** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;
- g)** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Prefeitura de Prudentópolis e/ou a terceiros, resultante do fornecimento de objeto de baixa qualidade ou incompatível com as especificações exigidas para seu uso;
- h)** Fornece aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) e, quando necessários, equipamentos de proteção coletiva (EPCs) devidamente registrados junto ao Ministério do Trabalho;
- i)** Realizar o transporte dos bens adquiridos pela Prefeitura de Prudentópolis observando as normas de carga máxima, fixação segura, proteção contra atritos, etc.;
- j)** A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer produtos sem prévia solicitação da Prefeitura de Prudentópolis.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

§1º Ficará suspensa de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo do cancelamento unilateral da ARP e da aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:



-
- I) Não entregar o objeto solicitado;**
II) Incorrer em inexecução total do presente instrumento.

§2º Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação contratual, de falha na execução do objeto ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no §4ºI, II e III”, com as seguintes penalidades:

- I) Advertência;**
II) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a dois anos; ou
III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§3º Poderá ser aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

- I) Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do objeto, ou a integridade patrimonial ou humana;**
II) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do objeto da Prefeitura Municipal de Prudentópolis – PR, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

§4º Será aplicada multa nas seguintes condições:

- I) No caso de atraso injustificado na prestação do serviço, será aplicada multa de 1% (um por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na prestação do serviço, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até 10 (dez) dias corridos, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;**
II) No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida;
III) No caso de inexecução total, quando não prestar o serviço solicitado será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;
IV) A fixação da multa compensatória referida nos parágrafos §1º e 4ºalínea não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo



o dano superior ao percentual referido.

§5º Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

- I)** Injustificadamente, a CONTRATADA deixar de entregar o objeto solicitado, não sendo este considerado a totalidade do Contrato;
- II)** O atraso injustificado na entrega do objeto, previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

§6º Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- I)** Injustificadamente, a CONTRATADA não prestar o serviço solicitado na totalidade do contrato;
- II)** O atraso injustificado na entrega do objeto solicitado (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo 15(quinze) dias corridos.

§7º Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando:

- I)** Fraudar a execução do contrato;
- II)** Comportar-se de modo inidôneo;
- III)** Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- IV)** Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução da Ata de RP/Contrato, sem consentimento prévio da prefeitura Municipal de Prudentópolis – PR.
- V)** Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da Prefeitura Municipal de Prudentópolis – PR após a assinatura da Ata de RP/Contrato;
- VI)** Apresentação, a Prefeitura Municipal de Prudentópolis – PR, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

§8º O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

- I)** Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
- II)** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.



III) As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

IV) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

§9º A aplicação das sanções estabelecidas compete ao Prefeito do Município de Prudentópolis. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à instituição. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§10º Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

§11º Aplicada a penalidade a Administração registrará a ocorrência no SICAF conforme Instrução Normativa 03/2018, Capítulo IV, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A inexecução total ou parcial do Registro de Preço ensejará no seu cancelamento, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos arts. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

§1º São motivos para o cancelamento da Ata

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos produtos, nos prazos estipulados.

IV – O atraso injustificado da entrega dos produtos.

V – O não cumprimento dos prazos, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante.

VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas nesta Ata.

VII – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.



VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

IX – Fraude ou execução incorreta do objeto desta Ata sem justa causa;

X – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

XI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do registro de preço.

XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a Ata.

§2º O cancelamento desta Ata poderá ser

I – Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, e XVII do art. 78, da Lei nº 8666/93;

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

III – Judicial, nos termos da legislação.

IV – O cancelamento administrativo ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

§1º A fiscalização ficara a cargo dos servidores:

- **Inajar Senna Kautuski e Ezequiel Parteka Junior**, pela Secretaria Municipal de Educação (assinam no processo nº 456/2023);
- **Marcos Cesar Bozatski**, pela Secretaria Municipal de Esportes e Recreação;
- **Amauri Ortiz Mosquer**, pela Secretaria Municipal de Saúde (assina no processo nº 459/2023);
- **Elis Maiara Aparecida Sandeski, Anderson Lopes dos Santos e Fabiano André Erddmann**, pela Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura (assinam no processo 461/2023);
- **Glauco dos Santos Capetini**, pela Secretaria Municipal de Planejamento e Obras;
- **Fernando de Mello Demenech e Juliano Kapuchinski**, pela Secretaria Municipal de



Cultura;

- **Paulo Roberto Alves de Ramos**, pela Secretaria Municipal de Turismo (assina no processo nº 464/2023); e
- **Comissão de Recebimento de Materiais** para as Secretarias não mencionadas anteriormente; os quais terão entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado em contrato;
- b) Anotar em documento próprio as ocorrências;
- c) Determinar a correção de falhas ou defeitos;
- d) Aplicar ao contratado as sanções administrativas de sua competência;
- e) Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

§2º A gestão do contrato ficará a cargo dos secretários das pastas solicitantes.

§3º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

§4º A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

§5º Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

§6º Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados.

§7º O preposto deve ser formalmente designado pela CONTRATADA antes do início da prestação



dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto.

§8º A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

§9º As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§10º O CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONTRA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO

§1º Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir



materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital: (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º A ARP poderá ser rescindida pela Prefeitura de Prudentópolis, de acordo com as hipóteses previstas na Seção V, artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste Termo de Referência, bem como das medidas legais cabíveis;

§2º Situações não relacionadas nesta Ata serão avaliadas observando o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações.

§3º Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

§4º Reserva-se ao Município o direito de recusar os produtos entregados em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Contratada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;



§5º Reserva-se a Contratante o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que trata-se de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Prudentópolis – PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam a presente Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do contratante Município de Prudentópolis – Paraná.

Prudentópolis, 18 de julho de 2023.

Município de Prudentópolis

Osnei Stadler

Contratante

Macrommerce Ltda Me

Roberto Junior de Almeida

Contratada

Testemunhas:

1) _____

Nome:

2) _____

Nome: